

HELSINQUE – Sessão Entre as Comunidades: Revisão de Todos os Mecanismos de Proteção de Direitos em Todos os gTLDs  
Segunda-feira, 27 de junho de 2016 – 16:30 às 18:00 EEST  
ICANN56 | Helsinque, Finlândia

PHIL CORWIN:

Boa tarde. Esse é o primeiro dia da reunião B que está quase acabando. Esse é o grupo de trabalho intercomunitário para atualizar a comunidade sobre o novo grupo que tem o objetivo de revisar todos os mecanismos de proteção de direitos em todos os TLDs, tanto nos novos genéricos quanto nos delegados. Alguns deles são exclusivos para os novos TLDs e outros que são de RPM. Vamos entrar no primeiro slide e falar sobre o propósito, mas em primeiro lugar quero mencionar que meu nome é Philip Corwin, eu sou conselheiro da GNSO que representa a unidade constitutiva de negócios e estou aqui nessa mesa com J. Scott Evans, que é o conselheiro de marcas na Adobe e membro há muito tempo da ICANN, e também membro da Associação Internacional de Marcas, e também membro da unidade constitutiva de negócios. Kathy Kleiman e J. Scott participaram do design do UDRP e têm mais experiência passada nisso do eu. Kathy é uma praticante privada na Virgínia do Norte e Washington, na área de DC, e membra da constituição não-

---

**Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.**

comercial de usuários. E recebemos boa cooperação e harmonia com esses copresidentes do grupo.

Depois dessas apresentações teremos cinco microfones aqui na sala. Esta sessão não é para debater qual é o resultado de um PDP, mas que os senhores digam se consideram que há perguntas que não são indicadas ou dados que os senhores queiram apresentar, comentem aqui que teremos outra sessão depois do grupo de trabalho na quinta-feira de manhã que vai começar bem cedo, às 8 horas. Essa sessão será o primeiro tema no qual vai trabalhar esse grupo que o processo de resolução de conflitos e do PDDRP.

Qual é o sentido dessa sessão? Vamos discutir a metodologia e os prazos para esse PDP. Também vamos receber a contribuição da comunidade sobre os dados que queiram acrescentar. E também o que vamos analisar, aí já estão todas as perguntas, falta alguma outra ainda. Por que fazemos esse trabalho em duas etapas? A primeira é para revisar os RPMs criados para os programas dos novos TLDs. E a segunda etapa que vai começar no começo de 2018 será a primeira revisão da UDRP. A única política de consenso da ICANN que não foi revisada até agora. Daremos os prazos e vamos contar quais os temas e os dados que devem ser colhidos na etapa um. Essa é a tarefa principal de hoje. E os temas TMSH, os registros, o período pré-registro, e

quais são os proprietários de marcas que estão marcados nessas DMCH registradas. Também vamos falar se o proprietário da marca é notificado, e do URS e do PDDDRP que acabo de mencionar, o procedimento de resolução de conflitos pós-delegação.

Vamos ao seguinte slide. Este é um grupo de trabalho relativamente novo, começamos em março deste ano. Novamente vamos ter aqui duas fases. A do novo TLD RPM, fase um. E a UDRP fase dois. Em cada uma das etapas vamos falar dos dados que estão disponíveis, o efeito dos mecanismos de proteção de direitos. E em última instância também vamos falar sobre os papéis complementares que esses RPMs têm para compreender claramente o seu funcionamento. E o assunto principal deste grupo de trabalho é se os RPMs cumprem o objetivo para o qual foram criados e se a recomendação de políticas são é necessária. Isso inclui especificar e unificar a política. Também vou considerar se há o devido processo adequado para todas as partes.

Vou passar a palavra agora para Kathy Kleiman que vai continuar a apresentação.

KATHRYN KLEIMAN: Oi, sou Kathy Kleiman, eu administro o escritório de direito da internet Fletcher, Heald & Hildreth em Washington, DC. Esse é o escritório de telecomunicações mais antigo nos Estados Unidos.

Eu estou aqui com meus copresidentes J. Scott Evans e Phil Corwin e estamos começando um processo muito longo. Estamos muito felizes com as contribuições de vocês.

O que nós fizemos no grupo anterior? Eu quero perguntar quem é membro, levantem as mãos os membros. Observadores dos GTs, levantem as mãos. Então, um membro é aquele que participa efetivamente enquanto que um observador segue e faz um acompanhamento de tudo isso, desde uma lista de e-mails. E por último convidados que vem aqui para ouvir. Mais uma pergunta que não fizemos antes e é sobre outra questão. Se vocês pudessem criar alguns dos mecanismos de proteção de direitos que vamos mencionar hoje que incluem a questão do UDRP, o UDRS, ou a câmara de compensação de marcas registradas, levantem as mãos. Eu vejo aqui grandes sorrisos de muitas pessoas pelas coisas que fomos criando como o UDRP, que faz 15 anos.

Então, eu quero falar sobre os mecanismos de prestação de direitos que estamos revisando. A mais velha vai ser considerada a última. O UDRP aqui não vai ser mencionado. Vamos nos ocupar sobre os novos mecanismos de proteção de direitos

criados para novos gTLDs. A comunidade da ICANN teve a sensação que estamos enfrentando novos desafios com os novos gTLDs porque estão sendo autorizados muitos gTLDs ao mesmo tempo e precisamos de um conjunto de mecanismos especiais para passar por esse processo. Isso aqui nesses quadros em cor laranja é um banco de dados globais que verifica marcas em nível global, informações de marcas registradas, e é utilizado por outros processos. Vocês tem uma marca federal registrada ou uma marca avaliada por um tribunal, isso pode ser colocado na central de marcas e pode ser utilizada pelos novos gTLDs em diferentes processos.

Aqui no quadro azul é o procedimento de resolução de disputas. O primeiro é o período sunrise de registro que é oferecido os proprietários de marcas para eles terem oportunidade de registrar seus nomes de domínio correspondente às marcas antes que o público possa fazê-lo. Esse é período preliminar, o período sunrise.

Os outros períodos são as reclamações ou mensagens ou notificações de marca. Esses vêm depois do período sunrise, durante 90 dias que os nomes de domínio nos novos gTLDs ficam disponíveis para o público em geral. Esses avisos de marcas registradas são enviados a um registrante em potencial cujo domínio coincide com os registros de marcas registradas na

central. E se o registrante tem a chance, então, de decidir se quer continuar ou não com esse nome de domínio e se o registrante avança e registra o nome de domínio o proprietário da marca notifica a marca e fornece o endereço de e-mail. Eu vejo aqui alguém que registrou uma marca há alguns anos, Paul McGrady que está aqui, por exemplo.

Agora vamos para o quadro cor amarela. Vamos supor que um nome de domínio é aceito e que ele está infringindo a sua marca registrada. Então, podemos utilizar um procedimento uniforme de resolução de disputas, o UDRP, que foi criado como complemento e que por um custo menor os titulares podem suspender um nome de domínio da mesma maneira que o UDRP. A carga da prova e as remediações não são as mesmas do que um UDRP e isso foi criado como um mecanismo de abuso muito rápido. É um abuso que nós denominamos como muito direto. Se for mais complicado do que isso utilizaremos o processo UDRP. Esse é o raciocínio que está por trás desse procedimento.

Vamos para o quadro cinza, que é o procedimento de resolução de conflitos que ainda não foi utilizado e é um desafio que faz o titular da marca para outros. Ele reclama que o operador de registro está infringindo a marca. Quinta-feira de manhã vamos entrar em mais detalhes nessa questão. (inint) [00:14:29]

começar com todos esses processos de resolução de novos gTLDs. Vamos começar com o PDDRP de marcas.

Temos aqui o Brian Beckham, ele administra essa política de disputas que foi criada em 1999. Ela fornece um procedimento padronizado e uniforme alternativo de resolução de disputas que também funcionou com o .com, .org, .net, .jobs, assim como os novos gTLDs. Mais adiante entraremos na fase dois, mas agora ainda estamos falando sobre a fase um.

Agora eu vou passar a palavra para o J. Scott para falar sobre essa fase em que estamos.

J. SCOTT EVANS:

Nó decidimos começar com o PDDRP porque como ainda não foi utilizado achamos que é uma maneira boa de nos aquecermos antes do trabalho, de começar esse processo em particular.

Nós já começamos com o processo durante as teleconferências, e em uma delas tivemos uma apresentação que foi proferida para o pessoal explicando como é esse mecanismo, a carga da prova e o que deve ser feito para ele ser bem sucedido.

Nós ainda não temos nenhum caso sobre isso. Temos falado muito sobre a política. Mas, entre os participantes, que são 120 aproximadamente, ainda não utilizaram esses mecanismos.

Então, era necessário que eles entendessem do que se tratava isso.

Depois também trouxemos alguns fornecedores que criaram uma infraestrutura para que esses mecanismos funcionassem para o caso em que alguém reclamasse. Também temos um fórum de arbitragem nacional e também a WIPO apresentou respostas escritas. E também o pessoal de resolução de disputas da Ásia, Hong Kong, que também providenciou respostas escritas.

E também temos algumas perguntas que surgem da nossa carta orgânica, que é uma lista exclusiva de perguntas. Na sessão da quinta-feira se vocês acharem que devemos incluir alguma outra questão ou dado que deveríamos considerar vocês estão convidados para participar e mencionar isso. Vai ser muito útil para nossas discussões.

Um dos problemas com os que vamos ter que lidar será para o PDDRP que também vai ser utilizado para outros mecanismos é o seguinte. A pergunta que surge é se esse é o mecanismo que devemos conversar, mencionar e discutir para ver se realmente cumpre com o propósito para o qual foi projetado. Se a pergunta tiver resposta afirmativa tudo bem, se não for devemos pensar o que devemos mudar, alguma questão que tenha a ver com procedimento ou processo, ou qual seria a recomendação para a

comunidade. Esse seria o resultado. Ou, então, se não deveria ser aplicado. E talvez criar alguma outra coisa ou se é aplicável a algumas dessas questões sobre como os gTLDs legacy ou tradicionais.

Essas são as questões que nós vamos levar em conta enquanto essa política. É por isso que os convidamos para fazer comentários durante esta sessão e também para depois tomar decisões que vamos divulgar ao público vocês terão a oportunidade de fazer comentários ou fornecer feedback. É uma retroalimentação. Então, no relatório final vamos levar em conta tudo isso e depois vamos publicá-lo.

Como vocês sabem esse grupo está se ocupando de vários mecanismos diferentes. Outros grupos também estão tomando conta de outros processos dentro dessa questão de novos gTLDs e aqui na tela vemos que estamos trabalhando e coordenando o trabalho com o grupo de procedimentos subsequentes em novos gTLDs com escolha e confiança do consumidor, que tem um grupo, e também uma revisão independente que é específica da central de marcas. E nós estamos criando contatos aqui para que vocês saibam quem está trabalhando com quem. Vamos mantê-los informados para podermos trabalhar de forma coordenada.

Então, sejam bem-vindos à ICANN, nenhuma coisa vai ser feita rapidamente, será um processo de dois anos. O primeiro ano vai ser para revisar todos os mecanismos de gTLDs, vamos ter os prazos aproximados, mas pelo o que podemos ver não vemos que possamos chegar com o UDRP antes do começo de 2018. Temos outros mecanismos, esse é o nosso plano que poderia ficar mais ou menos rápido, mas por enquanto temos avançado muito bem e acho que vamos continuar dessa maneira. Não acho que haja empecilhos ou demoras importantes por enquanto.

É aqui que nós nos encontramos, a cada semana temos teleconferências de uma hora com conversas muito entusiasmadas. Fazemos um revezamento com os horários das teleconferências para que aqueles que estiverem na Europa e Ásia possam participar, nem sempre é à meia noite, tentamos ser justos com os horários para os membros que estão fora do fuso horário dos Estados Unidos.

Esses são os prazos, acho que são bem claros, e esses slides acho que estarão disponíveis no site correspondente. Eu vou passar o microfone para o Phil para que ele fale sobre as contribuições à comunidade. Não, é Kathy.

KATHRYN KLEIMAN: Então, vamos falar sobre os tipos de feedback da comunidade, contribuições que solicitamos e os mecanismos de proteção de direitos que estamos revisando na fase um.

A primeira coisa que vamos fazer é trabalhar com a central de marcas, estamos procurando membros, o pessoal do público para saber quais são as suas perguntas sobre essa câmara de compensação central. Não apenas as suas experiências ou problemas, mas que tipos de dados vocês gostariam de colher a partir dessa central? E o que vocês gostariam de perguntar para nos ajudar nas avaliações futuras? O que deveríamos tentar coletar? Daqui a pouco vamos abrir o microfone para perguntas.

Eu só mencionei aqui alguns exemplos para que vocês possam pensar um pouco. Então, devemos pensar em diferentes categorias quanto às diretrizes de verificação para fazer uma orientação sobre diretrizes de verificação. Então, deveríamos pensar agora, por exemplo, sobre registros da câmara de compensação, categorias de produtos e serviços, mas temos também esse período sunrise que protege isso independentemente da categoria de bens e serviços.

Então, se a proteção dessa central é ampla demais ou se temos outro tipo de resoluções de problemas, essas são algumas perguntas sobre essa central de marcas que eu deixo aqui para vocês pensarem. Vamos abrir agora essa sessão para perguntas,

temos os microfones aqui. Levantem a mão. Temos vários microfones divididos em setores aqui na sala. Então, perguntas sobre essa central. Esse setor da frente, por favor.

VIDUSHI MARDA:

Muito obrigada, sou Vidushi Marda da sociedade da internet. Eu quero falar aqui sobre a questão sobre se a central realmente balança os direitos dos usuários finais e se essa central cria a tendência de perpetuar o status quo, e se nos fornece vias para que sejam justas quanto ao balanço dos direitos dos titulares e usuários da internet? Começamos a observar isso através do nosso trabalho com o CCWBHR, que é um grupo intercomunitário sobre direitos humanos em que criamos uma questão que tem a ver com delimitar o escopo para casos particulares e criar um banco de dados.

KATHRYN KLEIMAN:

Então, para o que é esse banco de dados? Que dados? Em que dados deveríamos estar interessados?

VIDUSHI MARDA:

Acho que os dados, por exemplo, nos ajudam a saber quantos casos têm ajudado os titulares quanto aos seus direitos existentes, casos que tem (inint) [00:26:08] de internet, que tem a ver com os procedimentos e quantos procedimentos foram

seguidos corretamente em todos os casos, e que casos tivemos esses desvios, e a quem ajudar esses desvios. São questões muito interessantes que deveriam ser mapeadas. Muito obrigada.

LEON SANCHEZ:

Realmente me interessa muito saber sobre essa questão de revisar a acessibilidade para essa questão de agentes de marcas em países em desenvolvimento, é uma questão muito interessante. Também gostaria de perguntar se essa câmara deveria permanecer com um único provedor ou se deveria ficar aberto para diferentes provedores. Claro que com um banco de dados centrais que deverá ser acessado pelos diferentes provedores, porque acho que abrir para novos jogadores do mercado também fomentaria a concorrência e diminuiria as barreiras de acesso para diferentes participantes fornecerem esse serviço.

KATHRYN KLEIMAN:

Então, essa é uma pergunta muito boa.

J SCOTT EVANS:

Eu quero destacar que há uma revisão independente que provavelmente seja uma questão muito interessante para eles e certamente é algo que deveríamos observar, mas estamos

tentando definir se o mecanismo realmente funciona. Podemos, então, observar isso e ver que na nossa coordenação possamos permitir que o grupo saiba sobre isso, que essa não é a primeira vez que essa questão é levantada.

KATHRYN KLEIMAN: Então, talvez possamos derivar os subgrupos de procedimentos dentro do centro de informação de marcas comerciais que realmente está trabalhando nesse tema.

LEON SANCHEZ: Posso fazer mais uma pergunta? A razão da pergunta é que a TMCH não conseguiu cumprir com o objetivo de tratar as necessidades dos países em desenvolvimento, por isso fazia essa pergunta.

KATHRYN KLEIMAN: Obrigado pelo esclarecimento. Agora está na área número dois, temos uma pergunta lá.

DAVID TAIT: Temos uma pergunta no Adobe Connect. Em primeiro lugar vem do George Kirikos que diz o seguinte: “eu queria saber ou mencionar que alguns dos elementos e dados que foram debatidos na primeira pergunta já foram reunidos pelo grupo de trabalho”.

Também há uma pergunta do Jody Kloker que diz: “se há dados disponíveis para os titulares de marcas que recuperaram um nome de domínio que esteve registrado por um usuário que não ganhou essa marca?”.

J. SCOTT EVANS:

Eu não sei se entendi muito bem a pergunta. Eu não sei se esses dados que sabemos que estão disponíveis, enfim, claro que o pessoal pode contar quantas registrações ou pré-registros existem e quantas reclamações foram apresentadas. Isso diz quantas reclamações existem ou foram emitidas e quantos procederam a registração.

Não tenho uma informação dessa natureza porque é muito específica de uma situação especial. O centro de informação e proteção de marcas comerciais simplesmente envia notificações e aí qualificamos para aqueles que oferecem esses registros e não registros de marca.

Então, deveríamos procurar nos nossos dados e ver se podemos encontrar essa informação ou esse dado. Talvez podemos pedir para que refaça a pergunta para ver se eu entendi bem. Seria muito útil isso.

**MATHIEU WEILL:** Eu sou Mathieu Weill, estou na AfNIC, sou gerente do ccTLD e também fornecedor de serviços de internet para vários gTLDs. Em primeiro lugar eu quero agradecer a todos os membros e em especial aos copresidentes pelo maravilhoso trabalho que estiveram realizando, é muito útil, e também aprecio muito a abordagem que fizeram dos fatos e dos dados que estão apresentando aqui.

A pergunta que não vejo aqui quanto ao centro de proteção de marcas comerciais é se vão incluir a proporção de custo benefício do TMCH. Isso faria parte da análise? Ou seja, parte da análise seria determinar se os benefícios estão em consonância com os benefícios esperados da política. Mas, eu também acho que é essencial que apresentemos a pergunta se o custo para os titulares de direitos, para a ICANN, e para a comunidade em geral, são proporcionais a esse benefício.

Eu espero que isso possa ser acrescentado ou incorporado à revisão porque para mim é absolutamente essencial. Obrigado.

**PHILIP CORWIN:** Sim, Mathieu, essa é uma pergunta um pouco complexa e excelente. Mas, em alguns casos quando falamos dos benefícios muitas vezes temos que levar em conta o período de pré-registro para proteger as marcas. Esse é um pré-requisito. E há também

registros e alegações a esse centro de proteção de marcas que são utilizadas.

Então, por outra parte há outro benefício que são as notificações das reclamações. O benefício nesse aspecto é que quando o possível registrador recebe a comunicação de uma possível danificação, lembrem-se, na reunião de Marraquexe existia a apresentação de um grupo que estava realizando um estudo ou pesquisa sobre o TMCH e aí foram incluídos dados que tinham a ver com o recibo dos pedidos de notificação versus o número de tentativas legítimas de registro que existiram. E em que casos que utilizariam URS ou UDRP, mas casos nos quais o registratário não podia ter a resposta.

Sabemos quais são os mecanismos mas ainda não sabemos quais serão os resultados e como será avaliado isso com relação (inint) [00:34:49] dos registratários.

J. SCOTT EVANS:

Bom, eu acho que temos fazer uma análise mental aqui e determinar que o centro de informação e proteção de marcas comerciais não é um mecanismo de proteção, é uma base de dados que contém informação que se utiliza nos dois mecanismos de proteção de direitos, as reclamações e o período de pré-registro.

Então, por um lado estamos falando dos benefícios, do custo-benefício, e das análises e custo-benefício, e se tem que existir uma reposição central de dados eficiente, efetiva. A segunda pergunta é se vamos utilizar essa informação. E por essa razão temos que considerar esses mecanismos de forma separada, a notificação de reclamações e o período de pré-registro. É a isso que me refiro.

Na verdade são coisas diferentes. E quando consideramos temos que continuar mantendo essa diferença na mente porque estamos tratando de questões que são diferentes. Esse é o problema que estamos tentando resolver. Há pessoas que querem obter o nome de domínio, há um período de pré-registro, às vezes é bloqueado e aparece uma reclamação.

Em outro caso pode ser que no meu escritório há, por exemplo, uma situação na qual há 15 registros e todas só podem ser de forma separada. Então, isso é um problema porque todo mundo vai ter diferentes requisitos, vão ter diferentes documentos, diferentes cópias autenticadas. Então, há dois assuntos diferentes, um é a coleta de dados, como vamos fazer, como vai se manter essa informação. E a outra questão é de que forma vão ser utilizado esses dados, como se utilizam, se se faz de maneira efetiva. Esses são os dois mecanismos que devemos manter separados.

**MATHIEU WEILL:** Muito bem, eu acho que avaliar os custos para cada uma das partes é importante, fundamental. Há benefícios que sempre vamos levar em conta e podemos debater os custos que estão disponíveis, isso tem que ser parte da avaliação dos mecanismos e espero que isso também seja levado em conta quanto aos próximos pontos.

É importante avaliarmos e levarmos em conta esse ponto quando da avaliação do custo.

**KATHRYN KLEIM:** Mathieu, a palavra custo pode ser interpretada de várias formas e podem existir diferentes custos fora os econômicos. Por exemplo, a notificação do centro de informação pode existir uma pessoa que tem um custo. Então, devemos determinar até que ponto vamos proporcionar alguns critérios a respeito de quais serão os custos. Deveríamos definir esses custos.

**MATHIEU WEILL:** Bom, em primeiro lugar levando em conta o operador do TMCH e como se financia, devemos determinar quem financia, que quantidade, quais são os preços, qual o volume. Eu acho que esse seria o passo número um a respeito dos custos. Isso tem que ser parte da avaliação. Obrigado.

KATHRYN KLEIM: Obrigada.

ANNE AIKMAN-SCALESE: Eu sou Anne Aikman-Scalese do IPC. Eu queria fazer um comentário quanto às notificações. Eu acho que são muito efetivas essas notificações de reclamações de IP. Eu acho que o centro de informação e proteção de marcas comerciais opera de forma muito eficiente, é de rápida resposta.

E quanto à avaliação de custos da qual falava Mathieu, acho que também devemos levar em conta os custos da comunidade, por exemplo, se o mecanismo de proteção de direitos não estivesse implementado. Eu acho que J. Scott tinha falado com respeito ao que aconteceria se isso apresentasse uma reclamação. Então, haveria aí um custo de avaliação. Isso também deve ser avaliado quando da avaliação de custos, inclusive se não se tratar de um custo direto das partes contratuais.

A segunda pergunta tem a ver com a avaliação do centro de informação e proteção de marcas comerciais e os mecanismos de proteção de direitos que estão associados a isso. Conforme eu lembro na história do desenvolvimento desses mecanismos de proteção de direitos, isso se desenvolveu como um grupo conjunto e não eram independentes, mas tinham que ser acordados por consenso e adotados pela comunidade.

Então, conforme se avalia cada um desses mecanismos de maneira independente, eu pergunto se o grupo tem algum mecanismo para poder dar tratamento a essa questão levando em conta o conjunto de RPMs, ou seja, como unidade. Obrigado.

J. SCOTT EVANS:

Eu acho que com certeza é uma pergunta que nós também formulamos, se teria que existir ou não. Mas, na verdade o que nós temos é um conjunto de proteções e temos que ver também se esse conjunto de proteções deve ser eliminado ou se teria que permanecer. Essa é a pergunta que estamos tentando resolver. E se teríamos que recomendar que tirassem alguma coisa ou não com relação à proteção. Passo a palavra para Kathy Kleiman.

KATHERYN KLEIMAN:

Vamos tomar mais uma pergunta, vejo que há várias. Vamos encerrar a lista aqui e passar para o período de pré-registros.

PAUL MCGRADY:

Eu quero que todo mundo pense como vamos resolver essa questão. Esse é um problema bastante difícil porque como podemos analisar o que está bem ou o que está errado? Porque não necessariamente uma coisa é ruim para todos ou boa para todo mundo. Tem pessoas que podem achar que isso é bom e outros que talvez não seja uma ideia tão boa.

Isso é o que temos que distinguir sem entrar e deduzir como grupo todas essas questões. Temos que pensar qual é a questão real que vamos tratar. Porque senão é como uma cilada.

**KATHERYN KLEIMAN:** Sim, totalmente, tem uma cilada no meio. Há vários dados preliminares, muitas pessoas que vão e que voltam, muitas pessoas que não aprovaram os registros e esse é um problema que estamos tentando evitar. A ideia seria que as pessoas realmente entendessem quais são os mecanismos de proteção, a notificação, precisamos ter um outro tipo de redação, com mais idiomas talvez. Eu acho que vai ser complicado. Esperamos que as pessoas possam nos compreender.

**PHILIP CORWIN:** Eu quero adicionar do ponto de vista corporativo que os registratários de marca, aqueles que estão no centro de marcas, as pessoas entendem que há investidores profissionais que compreendem os direitos de marca e que não os querem violar. Então, também há uma massa muito grande de registratários de domínios e poderiam existir até indivíduos que possam registrar uma palavra genérica ou um TLD novo, que uma marca registrada de algo totalmente diferente de que eles pretendem utilizar, recebem essa notificação de reclamação e dizem que não querem entrar em problemas, querem um registro de dois

dólares e não gastar 500 para consultar um advogado. Por isso nós temos que equilibrar todo esse sistema.

J. SCOTT EVANS:

Para aqueles que não conhecem esse período sunrise como há aqueles que acabaram de começar, esse é um pré-registro que é oferecido a titulares que tenham uma marca que está dentro do centro de marcas e que eles podem apresentar que estão utilizando essa marca.

Há uma preferência porque são recebidos antes que o registro vá ao vivo, ou seja, tem que pagar um preço especial. Como já falei, isso não é exclusivo, por isso eu quero abrir espaço ao grupo e perguntar se alguns dos senhores têm alguma informação ou alguma coisa que vocês pensem que nós devemos considerar quanto a esse processo de registro sunrise. Os microfones estão aí. Vamos nos reunir quinta-feira de manhã, mas na quinta vamos no centrar no trabalho do PDDRP.

Então, agora podemos falar a respeito do processo sunrise. Há alguém que quer fazer algum comentário que considera que devemos prestar atenção? Parece que está tudo claro. Então, vou passar a palavra à Kathryn que vai falar das reclamações.

**KATHRYN KLEIMAN:** A notificação de marcas que já mencionamos antes a respeito do centro de marcas que é o TCMH, se alguém quiser falar disso levante a mão e podemos falar. Mas, estamos falando de um período no qual um registratário do novo gTLD será notificado sobre a marca dentro desse período. A marca tem que ser estendida num período de mais de 90 dias. Tem que continuar sendo aplicada aos novos gTLDs. Nós temos que estendê-la a próxima rodada de gTLDs?

O serviço de notificação de abuso tem que continuar? Esse período pode criar algum efeito adicional sobre as registros? Como isso deve ser tratado?

Essas são algumas das perguntas. Talvez os senhores possam ter outras ou alguma experiência com uma reclamação de uma marca? Alguma coisa que os senhores queiram mencionar ou que nós mencionemos sobre esse período de reclamação de marcas. Alguns dos registros que estão aqui querem fazer algum comentário?

**RUBENS KUHL:** Eu sou Rubens Kuhl, do .br. Eu quero manifestar uma coisa que já falaram os registradores. Que não é uma questão de política, mas de implementação quanto à reclamação de marcas. Atualmente há um período de validade muito limitado que é apenas de alguns dias. Isso na verdade o que consegue fazer é

que apenas algumas marcas não possam vender para registros, o que não se pode fazer se o período de validade é muito curto. Então, as reclamações são um problema para as partes contratantes.

Isso se deve a sua implementação. Não havia nada na política ou que fosse criado por ela, isso foi criado pelo pessoal da ICANN e também nos afeta.

KATHRYN KLEIMAN: Passo a palavra ao Werner.

WERNER STAUB: Sou Weiner Staub, do CORE. Eu quero apoiar o que o Rubens falou. Nós de fato temos uma lista de questões que devem ser melhoradas. Para simplificar, quanto às reclamações de marcas e o processo sunrise, foi muito difícil o utilizar. A maioria das pessoas abandona o processo.

Essa não é uma boa forma de trazer uma solução. O processo sunrise se fez para os registradores de forma que é muito difícil aplicar. As pessoas tentam evitar passar por ele e a ação real é somente apenas depois disso.

Os registros quanto às reclamações de marca, inclusive se quisessem encontrar uma solução para as partes eles gostariam de fazer um esforço. E é tão difícil de utilizar que dizem: “pronto,

vou deixar aqui”. Os detalhes não são para serem discutidos aqui, mas o que o Rubens mencionou é um dos exemplos. Há muitos outros.

KATHRYN KLEIMAN: Espero que você compartilhe alguns dos detalhes com o GT.

J. SCOTT EVANS: Sim, isso nos demonstra que precisamos ainda trazer alguns registradores e registros aqui nas nossas convocatórias para discutir nos telefonemas, termos uma franca discussão sobre tudo isso, essa questão da implementação.

Werner, eu quero agradecer muito por esse comentário que você fez sobre a dificuldade de implementar isso, a dificuldade que existe para todas as partes, os registros ou os registradores. Estamos pensando em como isso afeta o titular de uma marca ou usuário, mas não estamos pensando nas outras partes. Então, devemos falar não só de estatísticas de como isso está sendo utilizado, mas de como a implementação e algumas alterações poderiam ajudar para que essa solução seja mais eficaz.

JORDYN BUCHANAN: Jordan Buchanan do Google. Eu tenho dois comentários relacionados, vamos ver se eles realmente se unem, ou questões.

O primeiro tem a ver com os registros e essa questão de engajar registros e registrantes. Eu entendo bem os custos e os ônus para essas entidades, mas também existe nessa discussão alguns efeitos imaginados antes e ver quais são as reações aqui e o que o pessoal poderia pensar, porque realmente esses avisos já foram apresentados e divulgados entre pessoas reais e deveriam ser como elas reagem. Isso é uma maneira válida e valiosa para eles entenderem isso e como interpretam esse tipo de dados.

O ponto relacionado com isso. Eu estava ouvindo os palestrantes anteriores e também as pessoas que perguntaram e comentaram. Tem a ver com o período sunrise e também com as reclamações. Parece que às vezes os registros estão tentando evitar implementar esses mecanismos, isso é o que parece. Muitos registradores decidiram não oferecer reclamações, eles decidiram esperar até os 90 dias para o período de lançamento, então não oferecem esse TLD particular porque foi muito difícil de implementar.

Então, realmente é tão diferente, custoso e difícil isso para algumas pessoas implementarem isso, ou há alguma maneira

mais simples para chegar ao mesmo resultado em que haja uma certa uniformidade entre todos os operadores sobre como eles de fato implementaram isso quando não houve um incentivo para organizar o trabalho.

**KATHRYN KLEIMAN:** Muito obrigado pelos comentários. Também pelo o que disse o Scott antes. Realmente são questões que vamos levar em conta.

**PHILIP CORWIN:** Muito bem, vamos passar para o último RPM que vai ser revisado na fase um dos procedimentos dos grupos de trabalho que é a suspensão rápida e uniforme.

Por que existe esse mecanismo? Ele existe porque quando o guia para solicitantes estava sendo redigido dentro da ICANN havia muito temor dentro da comunidade de marcas registradas e havia 500 solicitações de novos gTLDs. De fato, pensamos que haveria 500, depois houve 1900 para 1300 vagas de TLDs únicos. Houve uma preocupação com o custo, o tempo de resposta do UDRP que foi excessivo para o montante para a infração.

Então, esse mecanismo de suspensão rápida foi criado como um complemento do UDRP existente e visava resolver casos bem claros e definidos.

Então, as três partes desse acrônimo. A palavra uniforme se refere à administração uniforme da política de proteção de dados entre os diferentes provedores. E os três provedores de URS creditados pela ICANN são o fórum de arbitragem nacional, localizado em Minneapolis, Minnesota, no Estados Unidos. E também o novo diretor de arbitragem na NAF e o centro de resolução de disputas de nomes de domínio da Ásia com base em Hong Kong. E o último é o centro de resolução de disputas sobre IP na Itália.

Então, rápido significa realmente rápido. Desde o momento em que se apresenta o caso e depois a decisão e remediação, tudo isso tem que ser rapidamente feito, em três semanas, por exemplo. E a suspensão é a remediação, o domínio fica em suspenso durante o ano ou a vida do período do registro para o qual foi registrado.

Então, algumas das perguntas levantadas, não vou olhar todas elas. Elas estão aqui na tela. Não quero falar tanto, quero que vocês falem, essa é a hora de vocês falarem. Há uma grande diferença entre o UDRP, que às vezes pode demonstrar que há má fé no uso do domínio, mas o ônus da prova é mais elevado para o URS porque deve ser um caso bem claro, não deve ser um caso com nuances. Então, no UDRP eles devem comprovar ou

demonstrar o seu caso e isso deve ser bem claro e convincente. Então, devemos ter um ônus da prova superior.

Uma coisa é a transferência, e outra coisa é a suspensão, que é bem mais grave como ação corretiva. Devemos observar todas essas questões, a transferência também como mediação, e também o prazo da suspensão, qual seria o período, se é suficiente ou não. Temos defesas explícitas numa lista no URS. Também queremos ver se são utilizadas e de maneira eficaz se deve haver sanções por casos de abusos do URS por um titular de marca particular. Também se existem processos de apelações para um URS correspondente.

Essas são todas as perguntas, não são exclusivas. Então, vou parar por aqui, deixo o espaço para o público para continuar com as perguntas sobre o URS, ou preocupações que vocês possam ter que não foram mostradas aqui no slide que vocês gostariam aqui mencionar. Todas as questões serão vistas nos RPS nos próximos meses quando decidirmos sobre o nosso processo.

BRET FAUSETT:

Bret Fausett da Uniregistry. Eu não sei se eu entendi muito bem porque temos pessoas que ganharam URS, que nos contataram e disseram: “tudo bem, agora gostaríamos de ter o nome”. E nós dissemos que não poderíamos obter o nome, estava suspenso.

Então, realmente às vezes não é possível dar uma marca a alguém porque ela está suspensa. Então devemos pensar num mecanismo sobre como transformar o URS num UDRP, ou colocar o dono da marca primeiro na fila quando concluir o período de suspensão, ou algum outro mecanismo similar.

PHILIP CORWIN:

Bret, já observamos e consideramos a possibilidade de transferência, isso nos levou para debates. Mas, você está sugerindo que consideremos se existe, por exemplo, um dono de marca registrada que vence, que ganha o URS, se basicamente deveria obter a primeira oportunidade de compra do domínio quando o período de registro vencer. Acho que é uma boa sugestão. Bom, não vejo mais mãos levantadas.

J. SCOTT EVANS:

Então, vocês acham aqui na sala que já foram respondidas todas as perguntas? Aqui temos uma pergunta de novos provedores. Quem é que está falando?

IVETT PAULOVICS:

Eu sou Ivett Paulovics, eu sou o gerente de caso na URS da MFSD, o terceiro serviço de provedor de URS recentemente aprovado pela ICANN.

Obviamente temos uma função natural, então eu só posso comentar quais foram os donos de marcas que pediram antes de apresentar uma reclamação sobre URS. Eles querem ter um panorama mais claro sobre o que a palavra marca significa. Isso porque no URS você só pode depender da palavra marca. Então, há diferentes interpretações em diferentes jurisdições sobre o significado dessa palavra.

Por exemplo, temos uma marca composta em que pode também haver um elemento verbal. Então, devemos perguntar se isso é realmente válido. Também uma reclamação poderia estar baseada nesse tipo de marcas ou não porque temos observado diferentes decisões de provedores de onde exatamente uma marca decidiu que deveria esquecer essa questão porque é uma marca figurativa não é uma marca verdadeira.

PHILIP CORWIN: Então, o que você está dizendo é que há diferentes provedores para a mesma marca.

IVETT PAULOVICS: Sim.

PHILIP CORWIN: Essa é uma preocupação que devemos observar.

J. SCOTT EVANS: Quero esclarecer. Eu não ouvi ela dizer diferentes provedores, ela disse sobre dois diferentes panelistas que tinham que lidar com a mesma marca de forma diferente.

IVETT PAULOVICS: Sim.

KATHRYN KLEIMAN: Phil, eu quero adicionar aqui que estamos procurando mais contribuições em geral sobre marcas de design porque houve uma controvérsia sobre como isso tinha sido implementado pela câmara de compensação e o URS. É uma área que fica aberta para contribuições e opiniões, então esperamos as suas opiniões.

J. SCOTT EVANS: Estamos colhendo dados e só em primeira instância com os novos gTLDs RPM. Aqui também temos alguns links para informar que estamos procurando as suas opiniões e que se vocês conhecem estudos, pesquisas de acadêmicos, ou talvez alguém na sua jurisdição, ou região, ou país que tenha pesquisado isso, por favor entre em contato. Aqui temos a pessoa de contato da nossa equipe de trabalho, é a Mary Wong, também Lars Hoffman, e David Tait, os três. Se há algum aspecto que vocês gostariam que nós considerássemos por favor enviem

essa informação. Mas, antes observem esses links, vejam o que nós estamos querendo fazer.

Então, estamos acabando esta sessão 10 minutos antes, vocês ganharam 10 minutos. E se vocês querem participar da nossa reunião de grupo de trabalho ela vai ser às oito da manhã, quinta-feira. Muito obrigado.